Processo n.º 140/2002

Data do acórdão: 2003-05-07

(Recurso contencioso)

Assuntos:

- Lei n.º 6/97/M, de 30 de Julho, e seu art.º 33.º
- interdição de entrada em Macau como medida de polícia
- fundamentação do acto administrativo

S U M Á R I O

1. O art.º 33.º, n.º 1, da Lei n.º 6/97/M, de 30 de Julho (Lei da Criminalidade Organizada), consagra uma medida de polícia, já que visa intervir no exercício de actividades individuais susceptíveis de fazerem perigar interesses gerais que se prendem concretamente com a manutenção da ordem pública e segurança de Macau, que podem ser postos em perigo com a entrada e permanência de não residentes.

2. Daí que para a aplicação e antes da aplicação dessa medida, não há lugar à audiência do particular visado, sob pena de se frustrar os fins que presidem à adopção da medida e a utilidade da mesma (cfr. o art.º 96.º, al. b), do Código do Procedimento Administrativo), restando, pois, ao visado, se assim entender, exercer o seu contraditório subsequente através de meios

impugnatórios quer administrativos quer contenciosos legalmente admissíveis.

3. Da leitura do dispositivo do n.º 1 do art.º 33.º da mesma Lei resulta evidente que para a interdição de entrada de um não residente em Macau, basta que sobre ele “conste informação” da existência de fortes indícios referidos nomeadamente em qualquer das suas alíneas b) e d).

4. O acto administrativo está devidamente fundamentado quando permite ao seu destinatário, tomando como referência o destinatário concreto, cidadão diligente e cumpridor da lei, a reconstituição do itinerário cognoscitivo e valorativo percorrido pela entidade decisória autor do acto.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 140/2002

(Recurso contencioso)

Recorrente: (A)

Entidade recorrida: Secretário para a Segurança da RAEM

**ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA
REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU**

1. (A), com os sinais dos autos, veio recorrer contenciosamente para este Tribunal de Segunda Instância (TSI), do Despacho de 23 de Maio de 2002 do Senhor Secretário para a Segurança desta Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), que negou provimento ao recurso hierárquico necessário então interposto do Despacho do Senhor Comandante Substituto do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) que lhe tinha determinado a interdição de entrada em Macau pelo período de três anos.

E para rogar a procedência do recurso, concluiu a sua petição como segue (cfr. fls. 8 dos autos):

1 – Ele o recorrente jamais pertenceu a qualquer associação ou sociedade secreta;

2 – Os crimes que cometeu em Hong Kong foram-no há muito tempo e trata-se de bagatelas penais, pelos quais jamais cumpriu pena de prisão;

3 – A decisão recorrida padece dos vícios de violação de lei e desvio de poder, por erro nos seus pressupostos, porque aplicou o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 6/97/M, de 30 de Julho, por erro de interpretação, quando invoca existirem nos autos informações de que o recorrente está ligado e pertence a uma associação criminosa, não referindo quê indícios são esses e, assim, negando a possibilidade ao recorrente de os contraditar, violando o disposto na referida norma e o princípio do contraditório;

4 – A decisão recorrida enferma ainda do vício de forma por falta de fundamentação ao impor a interdição de entrada em Macau ao recorrente, com base na mera invocação de informações de pertença a uma associação criminosa, não referindo concretamente os motivos de facto pelos quais se imputa a suspeita, violando o disposto no art.º 114.º, n.º 1, al. b), do vigente Código do Procedimento Administrativo (CPA).

Com isso, pediu a anulação do mesmo despacho.

Citada, a entidade recorrida contestou nos seguintes termos (cfr. fls. 22 a 26 dos autos):

1 – O recorrente vem impugnar o despacho do Secretário para a Segurança que confirmou a sua recusa de entrada na RAEM pelo período de três anos, alegando fundamentalmente que o acto em causa se encontra ferido dos vícios de violação de lei, por erro nos pressupostos de facto, e desvio de poder;

2 – Referindo, quanto ao apontado primeiro vício, não se conformar com a existência de fortes indícios de pertença ou ligação a associação criminosa, e o conseqüente enquadramento na norma do art.º 33.º, n.º 1, da Lei n.º 6/97/M, de 3 de Julho;

3 – E quanto ao segundo vício alegado, não logrando esclarecer os fundamentos da sua imputação;

4 – Debruçando-se primeiramente sobre este segundo vício, refere designadamente a doutrina que o desvio de poder é o “... vício que consiste no exercício de um poder discricionário por um motivo principalmente determinante que não condiga com o fim que a lei visou ao conferir aquele poder...”;

5 – Ora, sendo o fim visado pela lei em causa (Lei n.º 6/97/M) o da prevenção e repressão da criminalidade organizada em Macau, e fundando-se principalmente a decisão recorrida em informações sobre a pertença do recorrente a uma associação criminosa, julga-se pacífica a demonstração de cabal adequação dos motivos aos fins a que se alude no art.º 4.º e;

6 – Francamente não se vê em quê a decisão em apreço se possa achar ferida do vício de desvio de poder;

7 – Já quanto ao imputado vício de violação de lei, oferece-se dizer que também se não reconhece a sua existência, salientando-se, aliás, que a decisão impugnada analisou e ponderou devidamente os pressupostos de facto e bem assim as fontes de onde estes emanam;

8 – Determinando-se pelo total e pacífico enquadramento dos mesmos pressupostos na citada norma do art.º 33.º da Lei n.º 6/97/M;

9 – Sucede que a recusa de entrada imposta ao recorrente se prevalece da notícia da sua pertença a uma associação criminosa, o que constitui ameaça de perturbação da segurança e ordem públicas da RAEM, e ao que não pode ser indiferente a Administração, independentemente de o facto ser ou não levado a juízo;

10 – Já que a lei (citado art.º 33.º) se basta com a existência de indícios, todavia “fortes” que permitam formar a convicção da entidade com competência para determinar a medida de recusa de entrada;

11 – Refira-se desde já não se tratar de uma medida punitiva, sancionatória, que inflija qualquer prejuízo ao visado (aliás também não alegado), mas tão somente a recusa de entrada na RAEM de um estrangeiro ou não-residente em torno do qual se potenciam riscos de perturbação da segurança e ordem públicas internas;

12 – Na verdade, atentas as necessidades de prevenção e repressão da criminalidade organizada em Macau, que levaram à consagração da Lei

das Sociedades Secretas, só pode aquele preceito (o do art.º 33.º) valer como possibilitando a recusa de entrada quando, na óptica da entidade com competência para o efeito, e de acordo com os diversos elementos que possua, se permita concluir fortemente indiciada a pertença a esses grupos criminosos;

13 – Para tal concorrendo quer as informações fornecidas por outras autoridades policiais, quer o passado criminal, quer as actividades a que se dedica o visado;

14 – O que no caso concreto abundantemente justifica a aplicação da medida ao recorrente, que aqui se dedica a uma actividade não autorizada (vulgarmente conhecida por bate-fichas) e geralmente controlada por associações secretas, e associada a outras actividades criminosas, do seu curriculum consta a prática de diversos crimes, e sobre si existem informações sobre a sua pertença a uma associação secreta de Hong Kong;

15 – Informações essas, conforme se extrai do processo instrutor, prestadas por entidades da maior idoneidade e credibilidade;

16 – Por último, nada vem alegado – relativo à vida privada do recorrente – que possa modificar a decisão e seus pressupostos de facto, designadamente quaisquer factores (v.g. profissionais ou familiares) que determinem a reponderação da proporcionalidade da medida, como critério de aferição da legalidade do exercício do poder discricionário cometido à Administração.

Termos em que a entidade recorrida defendeu que, por inexistir qualquer vício que devesse conduzir à anulação do despacho recorrido, deveria manter-se integralmente a decisão impugnada, negando-se provimento ao presente recurso.

Notificadas posteriormente nos termos e para os efeitos dos art.ºs 63.º e 68.º do Código de Processo Administrativo Contencioso (CPAC), ambas as partes não produziram alegações facultativas (cfr. o processado a fls. 29v a 35 dos autos).

Oportunamente, o Digno Magistrado do Ministério Público junto desta Instância emitiu o seu douto parecer final, pronunciando-se pela improcedência do recurso (cfr. fls. 41 a 45 dos autos).

Corridos os vistos legais pelos Mm.ºs Juízes-Adjuntos, cumpre decidir do recurso contencioso *sub judice*.

2. Para o efeito, é de considerar, por pertinentes à solução da causa, os seguintes elementos decorrentes do exame dos autos e do processo administrativo instrutor apensado:

(A) (ora recorrente) é cidadão de Hong Kong (cfr. fls. 26 do processo instrutor apensado).

Segundo uma informação prestada em Fevereiro de 2002 por autoridades policiais competentes de Hong Kong a pedido do CPSP (cfr. o teor de fls. 31 a 33 do apenso), o recorrente:

- é conhecido por “Ah Tsan” (亞燦) e é membro da Triade “San I On” (新義安) de Hong Kong;
- e chegou a ser condenado:
 - em 1994, por “posse de droga perigosa”, na multa de mil dólares;
 - em 1994, por “detenção de arma agressiva”, na multa de três mil dólares;
 - em 1995, por “agressão física causando ferimentos”, na medida de liberdade assistida por doze meses;
 - em 1995, por “proxenetismo”, sendo enviado ao Centro de Correção;
 - e em 1998, por “participação em rixa em local público”, na multa de quinhentos dólares.

Em 6 de Março de 2002, foi subscrita pelo Departamento de Informações do CPSP a Proposta de recusa de entrada n.º 15/02 P.222.01, de seguinte teor (cfr. a tradução para português a fls. 38 a 38v dos autos (*sic*), do conteúdo dessa Proposta originalmente escrita em chinês a fls. 29 a 30 do apenso):

<<[...]

1. (A), de sexo masculino, nascido em 10/12/1975 na China, filho de (X) e de (Y), portador do HKIC n.º K4xxxx(8), residente em Hong Kong. -----

2. Em 12 de Fevereiro do ano recorrente, o indivíduo foi convidado pelos guardas deste Departamento para o CPSP a fim de fazer averiguações, confessando dedicar-se às actividades de angariador de gorjetas no Casino do Hotel Lisboa (vide notificação n.º 258/2002-P.222.03 deste Departamento). -----

3. De acordo com as informações investigadas, o indivíduo em causa é membro de San I On, *Triad Societies* (Associação Secreta) de Hong Kong, tem alcunha “Ah Chan”, segundo informações de 1998, dedicou-se às actividades de bate-fichas em casinos-barcos, tendo cometido os seguintes crimes Hong Kong: -----

-- em 1994, posse de drogas perigosas, foi-lhe aplicada multa de \$1000;

-- em 1994, porte e detenção de armas de agressão, foi-lhe aplicada multa de \$3000;

-- em 1995, ofensa. à integridade física de outrem, foi-lhe aplicada apresentação periódica e liberdade assistida de 12 meses;

-- em 1998, participação em rixa nos lugares públicos, foi-lhe aplicada multa de \$500.

À consideração superior [...]>>

Sobre essa mesma Proposta, foi emitido em 8 de Março de 2002 o seguinte Parecer (cfr. a tradução para português a fls. 38 dos autos (*sic*), do conteúdo do Parecer em causa inicialmente escrito em chinês a fls. 29 do apenso):

<<[...]

- 1) (A), de sexo masculino, portador do HKIC n.º K4xxxx(8), foi investigado por este Departamento de Informações por ter praticado actos suspeitoso, confessando dedicar-se às actividades de angariador de gorjetas no Casino do Hotel Lisboa;
- 2) Feitas investigações sucessivas, descobre-se que o indivíduo em causa é membro da *Triad Societies* (Associação Secreta) de Hong Kong, tendo cometido, durante o período compreendido entre 1994 e 1998, os seguintes:
 - posse de drogas perigosas;
 - porte e detenção de armas de agressão;
 - ofensa à integridade física de outrem;
 - participação em rixa nos lugares públicos.
- 3) De acordo com as informações acima referidas, proponho que, nos termos das alíneas b) e d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei N.º 6/97/M de 30 de Julho, o nome do indivíduo (A) deva ser colocado na Lista dos Inadmissíveis e deva ser interdita a entrada na RAEM ao mesmo por período de 3 anos.

À consideração superior [...]>>

E sobre esse Parecer e a Proposta n.º 15/02 P.222.01 recai finalmente o seguinte Despacho de 8 de Março de 2002, do Senhor Comandante Substituto do CPSP: <<Concordo, procede-se em conformidade.>> (cfr. fls. 29 do apenso).

Na sequência disso, contra o mesmo recorrente foi proferido formalmente em 13 de Março de 2002 pelo mesmo Senhor Comandante

Substituto do CPSP o despacho de interdição de entrada em Macau por três anos, nos termos do art.º 33.º, n.º 1, als. b) e d), da Lei n.º 6/97/M, de 30 de Julho, por mormente após a investigação feita pelo Departamento de Informações segundo a qual havia suspeita da pertença pelo mesmo indivíduo (A) a uma seita da Região Administrativa Especial de Hong Kong e em face das informações policiais “haver razões a levar a crer que o comportamento da própria pessoa de (A) iria pôr em risco a segurança e a ordem pública da Região Administrativa Especial de Macau” (cfr. o teor do despacho a fls. 28 do apenso).

Inconformado, o recorrente, depois de ter pedido em 12 de Abril de 2002 a passagem de certidão “do despacho que interditou a sua entrada na RAEM e dos pareceres e informações que tenham fundamentado o mesmo, a fim de exercer os seus direitos, designadamente o de recurso” (cfr. o teor desse pedido a fls. 21 do apenso, e *sic*), interpôs, em 3 de Maio de 2002, recurso hierárquico necessário desse referido despacho de 13 de Março de 2002 (cfr. a petição do recurso hierárquico a fls. 9 a 14 do apenso).

Recurso hierárquico esse que veio a ser decidido pelo Senhor Secretário para a Segurança da RAEM (ora entidade recorrida) através do Despacho de 23 de Maio de 2002 de seguinte teor “Concordo com a análise e conclusões do autor do acto, pelo que nego provimento ao presente recurso.//Notifique” (cfr. fls. 5 do apenso), exarado sobre a Informação elaborada em 14 de Maio de 2002 pelo Senhor Comandante Substituto do CPSP de seguinte conteúdo (cfr. o teor de fls. 5 a 6 do mesmo apenso, e *sic*):

<<INFORMAÇÃO

Assunto : Recurso hierárquico

Recorrente : (A), titular do HKIC nº K 478170(8)

Acto recorrido: Despacho do Comandante da PSP de 13 de Março de 2002, que impôs a medida de interdição da RAEM, pelo período de 3 anos.

O recorrente vem impugnar a decisão de interdição de entrada na RAEM que lhe foi imposta pelo Comandante da PSP, expondo, em síntese, os seguintes fundamentos :

- Que não é verdade que pertença a qualquer associação ou sociedade secreta ;
- Que os crimes que cometeu na vizinha RAEHK, foram já há muito tempo além do que se trataram de bagatelas penais e pelos quais não chegou a cumprir pena de prisão, pelo que,

o acto recorrido padece do vício de violação de lei por erro nos seus pressupostos e na sua fundamentação, ao aplicar o disposto da alínea b) do nº 2, do artº 14º do DL nº 55/95/M, e não especifica os fortes indícios da pertença ou ligação do recorrente a uma organização criminosa, terminando por requerer que seja dado provimento ao recurso ou que seja diminuído o período de interdição, segundo um juízo de equidade.

* * *

Em primeiro lugar, embora se conheça as notícias do seu comportamento desviante, deve dizer-se que não consta do conteúdo do acto recorrido qualquer

enquadramento do crimes cometidos pelo recorrente no artº 14º do DL nº 55/95/M, como fundamento para a imposição da medida de interdição de entrada.

Por outro lado, existem nos autos informações transmitidas pelas forças policíacas da vizinha Região Administrativa Especial de Hong Kong, que o recorrente está ligado e pertence a uma associação criminosa, o que por força das funções específicas da PSP, sempre que haja fundadas suspeitas de que determinado indivíduo se enquadre na tipologia definida na alínea b), do nº 1, do artº 33º, da Lei nº 6/97/M, de 30 de Julho, e pelos riscos que em torno dele se potenciam para a ordem e segurança públicas da RAEM, deve impedir de forma pontual a sua entrada. Assim, foram esses os interesses públicos que se quiseram defender e o diploma enquadrador da decisão.

Assim, pelo exposto e nos termos do artº 159º, do Código de Procedimento Administrativo, por considerar que o acto recorrido não enferma de qualquer vício que possa levar à sua anulação, deve o presente recurso ser negado provimento mantendo-se na íntegra o acto recorrido.

CPSP, aos 14 de Maio de 2002.

O Comandante Subst.,

[...]

Superintendente>>

3. Juridicamente falando, cumpre notar previamente que o objecto

do presente recurso contencioso é constituído por questões postas pelo recorrente nas conclusões da sua petição (já que não apresentou ele alegações facultativas), sendo, por outro lado, de frisar que ao conhecermos delas, não temos o dever de aquilatar da rectidão ou não de cada um dos fundamentos ou pontos de vista alegados pelo recorrente para sustentar a procedência da sua pretensão, posto que o que importa é decidir daquelas questões – neste sentido, cfr., por todos, os arestos deste TSI, de 16/5/2002 no Processo n.º 116/2000, e de 23/5/2002 no Processo n.º 172/2001.

Com pertinência, é de transcrever desde já a norma do art.º 33.º da Lei n.º 6/97/M, de 30 de Julho (Lei da Criminalidade Organizada), à luz da qual foi imposta a decisão de interdição de entrada do recorrente em Macau:

Artigo 33.º

(Proibição de entrada no Território)

1. Será interdita a entrada no Território aos não residentes a respeito dos quais conste informação sobre:

a) Condenação por crime previsto no artigo 2.º ou de idêntica natureza, ainda que por tribunal fora de Macau;

b) Existência de fortes indícios de pertença ou ligação a associação criminosa, nomeadamente do tipo de associação ou sociedade secreta, ainda que esta aqui não desenvolva qualquer actividade;

c) Existência de fortes indícios da intenção de prática de delito grave;

d) Existência de fortes indícios de que constituem ameaça para a ordem pública ou para a segurança do Território;

e) Vigência de período de interdição de entrada no Território.

2. A decisão da autoridade administrativa competente pode ser impugnada nos termos gerais.

Pois bem, para nós, este preceito legal consagra nitidamente uma autêntica medida de polícia, já que visa intervir no exercício de actividades individuais susceptíveis de fazerem perigar interesses gerais que se prendem concretamente com a manutenção da ordem pública e segurança de Macau, que podem ser postos em perigo com a entrada e permanência de não residentes em consideração na previsão da mesma norma, daí que cabe observar, aliás, que para a aplicação e antes da aplicação dessa medida, não há lugar à audiência prévia do particular visado, sob pena de se frustrar os fins que presidem à adopção dessa medida e a utilidade da mesma (cfr. o art.º 96.º, al. b), do CPA, segundo o qual não há lugar a audiência do interessado quando seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade da decisão), restando, pois, ao interessado visado recorrer, se assim entender, aos meios legais impugnatórios – quer administrativos quer contenciosos – possíveis para se reagir contra tal medida (“tratamento” esse que aliás não é inovador no Direito, porquanto, por exemplo, e mesmo no processo civil, um procedimento cautelar pode ser decretado sem audiência prévia do visado e a despeito do direito a contraditório que em princípio assiste a este, quando essa audiência puser em risco sério o fim ou eficácia da providência – cfr. o art.º 330.º, n.º 1, do Código de Processo Civil actualmente vigente –, cabendo, neste caso, ao visado requerido e

necessariamente já após notificado do decretamento da providência, recorrer em termos gerais do despacho que lha decretou ou deduzir oposição à mesma – nos termos alternativamente permitidos pelo n.º 1 do art.º 333.º do mesmo Código – em vista do seu “contraditório subsequente”).

Após feita a observação acima, e agora concretamente quanto às questões colocadas pelo recorrente nas conclusões da sua petição como objecto do presente recurso, é de considerar, como solução nomeadamente a dar nesta sede recursória em face dos elementos acima coligidos no ponto “2” do presente acórdão, a justa e judiciosa análise empreendida pelo Digno Magistrado do Ministério Público junto deste TSI no seu parecer final, na parte em que este afirmou que:

Vem (A) impugnar o despacho do Secretário para a Segurança da RAEM de 23 de Maio de 2002 que indeferiu recurso hierárquico por aquele interposto do despacho do comandante da PSP que interditou a entrada do recorrente na RAEM por período de 3 anos, assacando-lhe, tanto quanto se colhe da petição inicial (já que não apresentou alegações), vícios de desvio de poder, violação de lei, por erro nos pressupostos e falta de fundamentação.

Não lhe assiste, contudo, em nosso critério, qualquer razão.

Desde logo, pese embora o mencione, em jeito de conclusão, não se divisa, por parte do recorrente, a concretização, a razão de ser da imputação do assacado desvio de poder.

Consistindo este, em tese geral, no exercício de poder discricionário cujo motivo principalmente determinante se não compagine com o fim que a lei visara ao criar tal poder e, sendo certo que não se poderá ver a prática do acto em questão senão no domínio da prevenção e repressão da criminalidade organizada em Macau, fim visado precisamente pelo diploma em que se estribou a decisão (Lei n.º 6/97/M), fundando-se este em informações sobre a pertença do recorrente a associação criminosa, mal se compreende, no caso, a invocação de tal vício.

Depois, devidamente analisados os contornos daquele acto, fácil é constatar que, através do mesmo, se anuiu à “... *análise das conclusões do autor do acto...*”, sendo que este, concordando com parecer que, para o efeito, lhe foi submetido, interditou o recorrente de entrada na RAEM pelo período de três anos, nos termos das alíneas b) e d) do nº 1 do art. 33º da Lei 6/97/M, de 30/7.

Isto é, tal medida ficou a dever-se não só a existência de fortes indícios de pertença ou ligação a associação criminosa, como também à existência de fortes indícios de que o recorrente constitui ameaça para a ordem pública ou para a segurança do Território.

E, não é de somenos o registo de tal facto: pese embora a própria entidade recorrida sustente que “...*a recusa de entrada imposta ao recorrente ser fundada na notícia da sua pertença a uma associação criminosa...*”, a verdade é que tal recusa foi decidida com fundamento nas duas alíneas apontadas, sendo certo que, para o preenchimento da alínea d) nem sequer se torna imprescindível ou necessária a existência de indícios

de pertença a qualquer associação criminosa, podendo, pois, configurar-se mesmo no caso específico, ora em apreço, o preenchimento de tal previsão com outros dados que não a alegada pertença a associação criminosa, dados esses que poderiam perfeitamente provir das informações atinentes ao passado criminal do recorrente.

Aliás, nem de outra forma se entenderia a invocação de tal alínea, já que as alegadas informações à cerca da pertença do recorrente a associação criminosa não poderiam, a nosso ver, por si só cobrir concomitantemente os dois dispositivos (alíneas b) e d)).

Seja como for, da atenta leitura do dispositivo em apreço – art.º 33.º da Lei n.º 6/97/M – resulta evidente que, para a interdição de entrada no Território, basta que sobre os não residentes “...*conste informação...*” da existência de fortes indícios a que supra se aludiu.

E, tais indícios, ressaltam, de facto, da matéria apurada relativa ao recorrente, e constante do instrutor apenso, quer da resultante de informações das entidades policiais do Território vizinho de Hong Kong, que claramente o apontam como membro de “*triad societies*” daquela Região, quer do apuramento do seu passado criminal, onde se registam quatro condenações por posse de drogas perigosas, detenção de armas de agressão, ofensas à integridade física e participação em rixa.

Donde, manifestarem-se abundantes e fortes os indícios em que se estribou a decisão em crise, pelo que se não alcança o assacado erro nos pressupostos.

Finalmente, no que tange à também assacada falta de fundamentação, não existe qualquer dúvida que o ordenamento jurídico vigente (cfr, designadamente, art.º 114.º, CPA) impõe à Administração o dever de fundamentar, de facto e de direito, as decisões que afectem os direitos ou interesses legalmente protegidos dos administrados, visando-se, claramente, o perfeito esclarecimento destes, em ordem a permitir-lhes a aceitação ou impugnação do acto, devendo, por tal motivo, a fundamentação ser expressa, clara, suficiente e congruente.

Desde que o acto permita ao seu destinatário, tomando como referência o destinatário concreto, cidadão diligente e cumpridor da lei, a reconstituição do itinerário cognoscitivo e valorativo percorrido pela entidade que decide, encontrar-se-à o mesmo devidamente fundamentado.

O que, a nosso ver, sucede no presente caso.

Como já se referiu, o autor do acto concordou com a análise e conclusões do comandante da PSP, que se fundou em parecer que lhe foi submetido, o qual, por sua vez, contém descrição bastante, clara e congruente, dos motivos, quer de facto, quer de direito, por que se tomou a medida em apreço, que se prendem, no essencial, com informações acerca da pertença do recorrente a associação criminosa e com a sua prática delituosa anterior, apresentando-se, pois, a fundamentação externada com os requisitos anteriormente propugnados, ficando um destinatário médio em condições de saber daqueles motivos, o que, aliás, terá sucedido com o recorrente, a avaliar pelo conteúdo da respectiva petição.

Termos perspicazes esses constantes do referido e conceituado parecer final do Ministério Público que não podemos deixar de subscrever.

Por fim, no que tange à também alegada “violação do princípio do contraditório” consistente, segundo a óptica do recorrente, na negação da possibilidade de ele contraditar os “indícios” existentes nas informações dos autos do processo administrativo respeitantes à sua ligação ou pertença a uma associação criminosa, por na decisão recorrida não estarem referidos quê indícios são esses, é-nos também patente a sem razão do recorrente, porquanto, desde logo, ele já teve a oportunidade de exercer o “contraditório subsequente” nomeadamente através da interposição do recurso hierárquico necessário da decisão de interdição da sua entrada em Macau tomada pelo Senhor Comandante do CPSP, e, por outro lado, e sendo o mais importante, no teor da Proposta n.º 15/02 P.222.01 de 6 de Março de 2002 do Departamento de Informações do CPSP, com a qual concordou o mesmo Senhor Comandante antes da emissão do despacho de interdição da entrada em Macau contra o recorrente, estavam efectivamente indicados os “indícios fortes” da sua pertença a uma seita em Hong Kong em consideração.

Com o expendido, há que negar efectivamente provimento ao recurso *sub judice* no seu todo, por o acto recorrido não padecer efectivamente de nenhuma das ilegalidades assacadas pelo recorrente, nem de quaisquer outras de que nos cumpra conhecer officiosamente.

4. Em harmonia com todo o acima exposto, **acordam negar provimento ao recurso contencioso.**

Custas pelo recorrente, com sete UC de taxa de justiça, fixada nos termos do art.º 89.º, n.º 1, do Regime das Custas nos Tribunais.

Macau, 7 de Maio de 2003.

Chan Kuong Seng (relator)

João Augusto Gil de Oliveira

Lai Kin Hong

Magistrado do M.º. P.º. presente - Victor Manuel Carvalho Coelho